
INSERÇÃO CURRICULAR DA TEMÁTICA SUSTENTABILIDADE EM CURSOS DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS DE UNIVERSIDADES PÚBLICAS PARANAENSES

Anne Carolina dos Santos ¹

Marguit Neumann ²

Kerla Mattiello ³

▪ Artigo recebido em: 07/01/2021 ▪ Artigo aceito em: 07/06/2021 ▪▪▪ Segunda versão aceita em: 07/07/2021

RESUMO

O objetivo da pesquisa é analisar de quais formas os cursos de graduação em Ciências Contábeis de universidades públicas do Paraná inserem a temática sustentabilidade nos Projetos Pedagógicos, desde o ano de 2002. Utilizou-se da análise de conteúdo tendo como base Projetos Pedagógicos de seis cursos. Os resultados indicam que os cursos evoluíram ao incorporar a temática sustentabilidade, em razão do aumento da consideração de conteúdos nas disciplinas. A evolução foi detectada a partir de 2012, influenciados por documentos de avaliação e pelas diretrizes curriculares do curso. A forma de inserção *Crossdisciplinar* foi predominante com maior abrangência do social, indicando que há desconexão entre o socioambiental e o econômico. Logo, a adoção da temática sustentabilidade nos cursos investigados está em fase de amadurecimento, porém, mesmo que seja estabelecida por Lei, sua inserção nos Projetos Pedagógicos depende dos indivíduos. Diante disso, questiona-se a eficácia do caráter coercitivo, pois, pode induzir a adoção cerimonial. Neste caso, legislações específicas demonstraram ser eficazes, indicando a necessidade de atribuírem maior peso na temática sustentabilidade. Esta pesquisa contribui com a literatura, diante da carência de estudos. As

¹ Doutoranda em Administração pelo Programa de Pós Graduação em Administração da Universidade Estadual de Maringá (PPA-UEM). Endereço: Avenida Colombo, 5790, JD. Universitário, CEP 87020-600 - Maringá-PR, Brasil. Telefone: (44) 99846-7916. E-mail: anne.carolinadossantos@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-5214-1273>

² Doutora em Sciences Economiques pela Université Pierre Mendès France. Professora na Universidade Estadual de Maringá (UEM). Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (PCO-UEM). Endereço: Avenida Colombo, 5790, JD. Universitário, CEP 87020-600 - Maringá-PR, Brasil. Telefone: (44) 3011-4909. E-mail: marguitn26@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-1246-3769>

³ Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Administração Pública e Governo da Fundação Getúlio Vargas (CEAPG-EAESP-FGV). Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (PCO-UEM). Endereço: Avenida Colombo, 5790, JD. Universitário, CEP 87020-600 - Maringá-PR, Brasil. Telefone: (44) 3011-4909. E-mail: m_kerla@yahoo.com.br
<https://orcid.org/0000-0002-1318-9792>

Editora responsável pela aprovação do artigo: Dr^a. Bruna Camargos Avelino

Editora responsável pela edição do artigo: Dr^a. Bruna Camargos Avelino

contribuições práticas advêm de recomendações para o cumprimento das legislações pertinentes, além de contribuir para eliminar privações de liberdade no que se refere a ausência da temática sustentabilidade na educação do contador. E, ainda, para o bem-estar da sociedade, pois, organizações geram externalidades negativas.

Palavras-Chave: Sustentabilidade. Educação pública. Graduação. Ciências Contábeis. Paraná.

CURRICULUM INSERTION OF SUSTAINABILITY THEMATIC IN UNDERGRADUATE COURSES IN ACCOUNTING IN PUBLIC UNIVERSITIES OF PARANÁ

ABSTRACT

The objective of the research is analyze how the undergraduate courses in Accounting Sciences of public universities in Paraná include the sustainability theme in Pedagogical Projects, since 2002. We used content analysis based on Pedagogical Projects of six courses. The results indicate that the courses have evolved to incorporate the sustainability theme, due to the increased consideration of content in the disciplines. The evolution was detected as of 2012, influenced by evaluation documents and the course's curriculum guidelines. The form of Crossdisciplinary insertion was predominant, with greater social coverage, indicating that there is a disconnect between the socio-environmental and the economic. Therefore, the adoption of the sustainability theme in the courses investigated is in the maturation phase, however, even if it is established by law, its insertion in the Pedagogical Projects depends on the individuals. Therefore, the effectiveness of the coercive character is questioned, since it can induce a ceremonial adoption. In this case, legislation proved to be more effective, indicating the need to place greater weight on the issue of sustainability. This research contributes to the literature, through the lack of studies. Practical contributions come from recommendations for compliance with relevant legislation, in addition to contributing to the elimination of deprivation of liberty with regard to the absence of sustainability in accountant education. And for the well-being of society, because organizations generate negative externalities.

Keywords: Sustainability. Public education. Graduation. Accounting. Paraná.

1 INTRODUÇÃO

Em 1986, o relatório Our Common Future evidenciou o Desenvolvimento Sustentável, definindo-o como satisfazer as necessidades do presente sem comprometer gerações futuras (Barbieri, Vasconcelos, Andreassi & Vasconcelos, 2010). Dessa forma, sustentabilidade significa que não há desenvolvimento sem o socioambiental (Slomski, Slomski, Kassai & Megliorini, 2012). Ou seja, é a importância simultânea dos aspectos econômico, ambiental e social (Elkington, 1997). A concepção da inserção da temática sustentabilidade no ensino advém de conferências e reuniões mundiais, que destacaram sua relevância no ensino superior (Doh & Tashman, 2014). As discussões sobre este tema ocorrem desde

1946, sendo que o último evento relevante para a temática foi o lançamento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), em 2015. Neste ínterim, as conferências e reuniões mundiais incentivaram o estabelecimento de políticas voltadas para sustentabilidade.

Esta pesquisa contribui com discussões acerca da sustentabilidade no âmbito empresarial. Para tanto, considerou-se que há evidências que indicam a valorização da justiça social por parte de empresas não teve influência no apoio dos consumidores a negócios sustentáveis (Peterson *et al.*, 2021). Posto isso, surge a dúvida: os modelos de negócios estão preparados para contribuir com o Desenvolvimento Sustentável? Portanto, dentre outras necessidades, considera-se a busca pela formação dos profissionais empresariais, no sentido de suprir interesses socioambientais. Tendo em vista que os atores inseridos no âmbito empresarial devem dispor de conhecimentos, comportamento ético e responsável para identificar problemas e implantar soluções (Akrivou & Bradbury-Huang, 2015; Elkington, 1997), inclusive com o apoio da comunidade.

No Brasil foram emitidas legislações como a Lei de Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico (LDNSB) e a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) que englobam a sustentabilidade no âmbito empresarial, influenciando indiretamente a inserção da temática sustentabilidade no ensino. Um marco na política nacional foi a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). Diante desta lei, o Ministério da Educação (MEC, 2012) estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (DCNEA). Logo, os cursos de graduação não devem incluir disciplinas específicas acerca do tema, invés disso, sua abordagem deve ocorrer de forma integrada, isto é, transversal e interdisciplinar (Brasil, 1999; MEC, 2012).

De forma a tratar da sustentabilidade no âmbito empresarial, Akrivou e Bradbury-Huang (2015), ressaltam a relevância de cursos da área de negócios. Tal área, exposta pela literatura internacional, equivale no Brasil à área de Ciências Sociais, Negócios e Direito (EUROSTAT/UNESCO/OCDE, 2009). Inclusive, Akrivou e Bradbury-Huang (2015); Benn e Dunphy (2009) questionam se a educação oferecida por cursos da área de negócios está realmente contribuindo para o Desenvolvimento Sustentável, em virtude do enfoque no econômico e no tecnicismo. O curso de Ciências Contábeis é responsável pela formação de uma parcela dos atores inseridos no âmbito empresarial (Jacobi *et al.*, 2011). Este curso tem destaque por conta das atribuições do contador, como tomada de decisão e elaboração de reportes de cunho não financeiro e da interpretação.

Gray e Collison (2002); Gray (2010) defendem que inserir a temática sustentabilidade na contabilidade significa abordar: reportes socioambientais, práticas para promover a sustentabilidade corporativa, experimentos projetados para fornecer visões do tema em nível organizacional, entre outros. Para Deegan (2017), a contabilidade deve ir além da busca pelo alcance de legislações e prestação de contas aos stakeholders. Especificamente, as Diretrizes Curriculares Nacionais da graduação em Ciências Contábeis, dispostas na Resolução do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior (CNE/CES) nº 10 de 2004, recomendam incluir no curso discussões que permitam a consciência cidadã e o enfrentamento de problemas sociais. Tal resolução concede abertura para abordar a temática da sustentabilidade por meio de conteúdos de

formação teórico-prática, como atividades complementares, estudos independentes e disciplinas optativas.

Entretanto, Figueiró e Raufflet (2015) estabelecem que há diversas formas de inserir a temática sustentabilidade em cursos da área de negócios (Monodisciplinar, *Crossdisciplinar*, Interdisciplinar, Multidisciplinar, Transdisciplinar e por meio de novo curso ou programa). Portanto, não há um consenso sobre qual forma de inserção deste tema é mais eficaz para sua promoção (Benn & Dunphy, 2009; Demajorovic & Silva, 2012; Fisher & McAdams, 2015; Gomes, Sampaio, Azevedo & Slomski, 2012; Lambrechts, Mulà, Ceulemans, Molderez & Gaeremynck, 2013; Leal Filho, Shiel & Paço, 2015), devido a autonomia concedida pelo MEC aos atores inseridos em Instituições de Ensino Superior (IES) para constituir os cursos.

Esta pesquisa considerou que a educação sustentável deve se caracterizar como uma prática integrada, interdisciplinar e contínua (formas Interdisciplinar e Transdisciplinar, em detrimento das demais). Estudos internacionais relatam que a presença da temática sustentabilidade em cursos da área de negócios é deficitária (Doh & Tashman, 2014; Fisher & Bonn, 2011; Larrán & Andrades, 2015). Da mesma forma que a literatura nacional acerca do ensino contábil. Porém, o enfoque dos estudos nacionais é detectar disciplinas específicas sobre o tema (Dallabona, Cunha & Rausch, 2012; Starosky Filho & Rausch, 2012).

Diante do exposto, surgem indagações a respeito da construção de programas de graduação em Ciências Contábeis, no sentido de evidenciar como a temática sustentabilidade é retratada. Neste contexto, pergunta-se: de quais formas os cursos de graduação em Ciências Contábeis de universidades públicas do Paraná inserem a temática sustentabilidade em seus Projetos Pedagógicos, vigentes desde 2002? Deste modo, a presente pesquisa objetivou analisar de que forma os cursos de graduação em Ciências Contábeis de IES públicas do Paraná inserem a temática sustentabilidade nos Projetos Pedagógicos, desde o ano de 2002.

Em suma, optou-se investigar cursos de Ciências Contábeis da região sul do Brasil diante evidências de que seus estados se destacam por cumprir a PNEA (Dallabona *et al.*, 2012). Nesse contexto, considerou-se somente o Estado do Paraná, em razão de possuir maior quantidade de cursos de Ciências Contábeis em IES públicas do que os demais estados de sua região (MEC, 2018). Ademais, utilizou-se da análise de conteúdo (Bardin, 2016) tendo como base Projetos Pedagógicos vigentes entre 2002 a 2018 (pesquisa documental). Assim, esta pesquisa avança ao investigar de forma aprofundada a sustentabilidade nos cursos (ao ampliar a categorização dos assuntos sobre o tema, conforme Tabela 3). Inclusive, foram realizadas análises de todo o conteúdo do Projeto Pedagógico: ementa, perfil do contador, competências e habilidades do profissional.

Portanto, este estudo contribui com a literatura, pois, há escassez de pesquisas sobre a temática no âmbito do curso investigado (com exceção de Dallabona *et al.*, 2012 e Gehlen, 2017). Como contribuições práticas tem-se: i) discutir a inserção da temática sustentabilidade no ensino superior, tendo em vista que ainda é um desafio (Holm *et al.*, 2015); ii) obter direcionamentos para que o curso objeto de estudo cumpra as concepções advindas da PNEA e das DCNEA; iii) discutir a temática com intuito de garantir a qualidade no ensino evitando

privações de liberdade (Sen, 2000) e; iv) a busca pelo bem-estar social, pois, o profissional contábil atua em organizações que são responsáveis por gerar externalidades negativas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Legislações Brasileira que Abordam a Sustentabilidade em Âmbito Educacional

Em 1999 foi instituída a PNEA (Lei nº 9.795/1999), na qual conceitua Educação Ambiental como sendo o processo que constrói valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, em razão de ser essencial para a qualidade de vida e para o alcance da sustentabilidade. Ainda, a PNEA preconiza que o meio ambiente se relaciona com aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos (Brasil, 1999). A intitulada Educação Ambiental deve ser desenvolvida como uma prática educativa integrada em todos os níveis de ensino formal, não deve ser implantada como disciplina específica (Brasil, 1999).

Portanto, a PNEA incentiva que cursos de ensino superior incorporem diversos conteúdos, para que esse olhar múltiplo promova a educação específica de cada curso ao considerar questões sustentáveis. Para tanto, isso envolve a prática de aspectos como a transversalidade e a interdisciplinaridade. Cabe ressaltar que a Educação Ambiental é um dos componentes ou conteúdos essenciais para o movimento pelo Desenvolvimento Sustentável (Barbieri & Silva, 2011), ou seja, há outros, por exemplo, sustentabilidade econômica, cultural, fundamentos sobre a comunidade e pensamento estratégico (Hasselink *et al.*, 2000).

Ao promover questões específicas, a LDNSB (Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007) indica a relevância da água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana de resíduos e manejo das águas pluviais urbanas. Logo, esta lei promove que a educação seja voltada para necessidade de promover a economia de água pelos usuários, diante do crescimento econômico e a desorganização urbana (Britto, Lima, Heller & Cordeiro, 2012). A gestão e a disposição inadequada dos resíduos sólidos causam impactos socioambientais, conforme perspectiva exposta pela PNRS (Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010). Esta política menciona a logística reversa, ou seja, após a utilização de produtos pelo consumidor final, os resíduos sólidos deverão retornar para a respectiva empresa fabricante/vendedora, com objetivo de realizar a destinação adequada (Natume & Sant'Anna, 2011).

A PNEA levou o MEC a estabelecer as DCNEA (Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012) com intuito de incentivar a abordagem curricular voltada para a temática, ao: i) relacionar a dimensão ambiental à justiça social, aos direitos humanos, à saúde, ao trabalho, ao consumo, à pluralidade étnica, racial, de gênero, de diversidade sexual, à superação do racismo e formas de injustiça social; ii) ser integrada e transversal, contínua e permanente em todas as atividades acadêmicas; iii) aprofundar o pensamento crítico-reflexivo mediante a realização de estudos sobre o tema; iv) a pesquisa e a adoção de instrumentos

pedagógicos adequados; e v) incentivar a criação de instituições de ensino com estruturas sustentáveis (MEC, 2012).

Portanto, percebe-se que há um ambiente legalmente constituído que requer a inserção da temática sustentabilidade em cursos de graduação. A próxima seção trata, especificamente, sobre o curso de Ciências Contábeis, pois, é o enfoque deste estudo.

2.2 Componentes e Inserção da Sustentabilidade no Curso de Ciências Contábeis

Avanços na educação com foco na temática sustentabilidade representam um desafio para cursos de graduação, haja vista que deve haver o redimensionamento de conteúdos curriculares, por isso sua adoção ocorre de maneira gradual (Gonçalves-Dias *et al.*, 2009). Ao destacar a relevância do ensino contábil (objeto deste estudo) ser voltado para a temática sustentabilidade, Deegan (2017); Gray e Collison (2002) indicam que este ensino é frequentemente associado ao aspecto econômico. O que significa que o curso é politizado e vinculado a dogmas da economia nacional (Akrivou & Bradbury-Huang, 2015).

Boyce, Greer, Blair e Davids (2012); Sisaye (2013) concordam com a relevância do aspecto econômico, ambiental e social, similar ao *Triple Bottom Line* (TBL) de Elkington (1997). Isso indica a abordagem de forma holística de tais aspectos. Como consequência, a Contabilidade convencional não é mais apropriada quando se busca alcançar o Desenvolvimento Sustentável (Gray, 2010). Porém, mesmo que a graduação em Ciências Contábeis já compreenda o aspecto econômico por ser inerente à área, abordar o TBL torna-se um desafio diante das vertentes meio ambiente e sociedade (Boyce *et al.*, 2012; Demajorovic & Silva, 2012).

Para promover o discurso sustentável em torno dos negócios cabe à educação abordar conteúdos como: reportes socioambientais, práticas para promover a sustentabilidade corporativa (ambiental, social e prestação de contas) e experimentos acadêmicos projetados para fornecer visões articuladas da sustentabilidade em nível organizacional (Gray & Collison, 2002; Gray, 2010). Conforme percepção de Deegan (2017), a busca pela maximização de lucros ocasiona danos socioambientais, neste contexto, a contabilidade necessita evoluir, ao invés de restringir-se na busca pelo alcance de legislações para prestação de contas aos *stakeholders*.

Em âmbito nacional, os cursos de graduação em Ciências Contábeis são regulamentados pela Resolução CNE/CES nº 10, de 10 de dezembro de 2004 (MEC, 2004b). Diante da resolução, os Projetos Pedagógicos desse curso devem possuir os seguintes aspectos: i) Perfil profissional esperado para o formando, quanto às competências e habilidades; ii) Componentes curriculares; iii) Sistemas de avaliação do formando e do curso; iv) Estágio curricular supervisionado; v) Atividades complementares; vi) Trabalho de Conclusão de Curso; vii) Regime acadêmico de oferta; e viii) Outros aspectos que tornem consistente o projeto.

Antes da resolução do MEC (2004b) vigente, haviam outras resoluções que regulamentaram o curso. Em relação à temática sustentabilidade, todas as diretrizes (MEC, 2002; 2003; 2004a; 2004b) alertam sobre o perfil do contador voltar-

se para a responsabilidade social. Da mesma forma, o campo competências e habilidades definem a relevância da ética e da cidadania (MEC, 2002; 2003; 2004a; 2004b). Portanto, não houve e não há exigência específica nas diretrizes do curso de Ciências Contábeis sobre a obrigatoriedade da inserção da temática sustentabilidade, mas há incentivo de abordá-la por meio de atividades complementares, estudos independentes e conteúdos optativos. Ao considerar a diretriz vigente (MEC 2004b), Laffin (2012) assevera que o conteúdo do curso deixa de lado problemas do mundo real. Ou seja, assuntos adjacentes à organização não são priorizados, sendo limitados à formação técnica e ao mecanicismo (Laffin, 2012).

A avaliação dos cursos torna-se uma prática relevante no sentido de garantir a incorporação da temática em estudo. No Brasil, o instrumento de avaliação de cursos de graduação presenciais e à distância busca a qualidade dos cursos, no momento de autorização e renovação. Porém, requisitos relacionados à temática sustentabilidade são citados a partir do ano de 2012 (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, 2012, p. 26; 2015, p. 42; 2015, p. 4; 2015, p. 6; 2017a, p. 11; 2017b, p. 11). Nota-se que a PNEA e as DCNEA são citadas indiretamente pelos instrumentos de avaliação do INEP, haja vista que tais legislações integram o conjunto de políticas de Educação Ambiental.

A forma de inserção da temática sustentabilidade no ensino é debatida. Por um lado, a literatura defende que a exposição superficial do tema no ensino superior contribui com a formação dos estudantes. Benn e Dunphy (2009) concluem que um programa da área de negócios é bem-sucedido em abordar a temática sustentabilidade de forma indireta por meio de projetos de cunho socioambiental. Da mesma forma, Fisher e McAdams (2015) defendem que a mera exposição dos alunos de graduação ao tema é relevante para a formação dos indivíduos. Bennemann e Grzebieluckas (2016) indicam que alunos da Universidade do Estado do Mato Grosso possuem hábitos que contribuem com a redução dos impactos ambientais negativos, em razão da presença de uma disciplina específica no curso.

Por outro lado, há autores que defendem a interdisciplinaridade no ensino ao inserir a temática sustentabilidade (assim como PNEA e as DCNEA). Gomes *et al.* (2012) concluíram que o modelo de ensino nacional sobre as questões socioambientais é fragmentado. Araújo, Castro, Amaro, Ribeiro Filho e Lagioia (2008) afirmam que o curso de Ciências Contábeis está inter-relacionado com outras áreas, pois, sofre influência de diversos elementos sociais, políticos e científicos (interdisciplinaridade). Ainda sobre as formas de inserção da temática sustentabilidade no ensino, Figueiró e Raufflet (2015) apresentam seis possíveis formas tendo como foco cursos da área de negócios (Tabela 1).

Tabela 1

Formas de inserção da temática sustentabilidade em cursos da área de negócios

Forma de inserção: Descrição
Monodisciplinar: A sustentabilidade é ensinada sem vínculos com outros cursos ou disciplinas.
Crossdisciplinar: Representa examinar um tópico por meio de insights de outro campo, geralmente usando alguma tarefa que se refira à sustentabilidade durante a aula.
Interdisciplinar: Envolve a integração de duas ou mais disciplinas para resolver um problema específico que requer conhecimentos e experiência de mais de uma área.
Multidisciplinar: Diferentes campos de conhecimento são reunidos para ensinar sustentabilidade. Nesse caso, cada disciplina mantém seu próprio método e pode ser responsável por um tópico diferente ligado ao tema, que se complementam.
Transdisciplinar: Visa superar o conceito de disciplina acadêmica, ao incluir partes interessadas como organizações, clientes e cidadãos. Bem como pesquisa e extensão.
Novo curso ou programa: Sustentabilidade é integrada por meio do desenvolvimento de um novo curso ou programa.

Fonte: Elaborada pelas autoras com base em Figueiró e Raufflet (2015)

Não existe um consenso acerca da forma de inserção mais eficaz para o alcance da sustentabilidade no ensino contábil (diante de diversas opiniões da literatura). Entretanto, cabe ressaltar que a adoção interdisciplinar e transversal da temática sustentabilidade é defendida pela presente pesquisa, neste caso se refere ao fato de incluir aspectos econômicos, ambientais e sociais tanto no ensino, na pesquisa e na extensão (Brasil, 1999; Demajorovic & Silva, 2012; Lambrechts *et al.*, 2013; Leal Filho *et al.*, 2015). Justifica-se tal posicionamento com base a PNEA e as DCNEA, ao distanciar-se da abordagem superficial do tema. No entanto, o presente estudo possui um caráter documental, logo não foi possível identificar a forma transversal e a forma novo curso ou programa.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo se enquadra na abordagem qualitativa, exploratória e documental, pois, não se conhecia as variáveis examinadas diante da escassez de pesquisas que investiguem sobre a temática sustentabilidade em cursos de Ciências Contábeis. Considerou-se a relevância de investigar cursos de graduação, pois, são responsáveis pela formação de profissionais para o mercado (Siqueira, 2005). Inclusive, esta pesquisa envolveu somente IES públicas, tendo em vista que nesse tipo de instituição há equilíbrio entre o envolvimento do docente e o interesse dos acadêmicos em aprender (Lizote, *et al.*, 2018).

Além disso, optou-se investigar cursos de Ciências Contábeis da região sul do Brasil, pois há evidências de que seus estados se destacam por cumprir a PNEA (Dallabona *et al.*, 2012). Todavia, considerou-se somente o estado do Paraná, em razão de possuir maior quantidade de cursos de Ciências Contábeis em IES públicas do que os demais estados de sua região (MEC, 2018). Assim, esta pesquisa envolveu cursos de Ciências Contábeis de IES públicas do Estado do Paraná.

Ao realizar buscas para identificar a quantidade de cursos no Estado, obteve-se 19 cursos presentes em 10 IES (MEC, 2018). Porém, a coleta de dados foi efetuada com aqueles cursos dos quais se obteve contato com a secretaria ou coordenação para envio dos Projetos Pedagógicos, vigentes entre 2002 e 2018 (em razão das diretrizes do curso de Ciências Contábeis serem regulamentadas

pelo MEC desde 2002). Tais contatos foram realizados durante o mês de março de 2019, desconsiderando os cursos depois de três tentativas de contato (duas por *e-mail* e uma por contato telefônico). A Tabela 2 apresenta mais detalhes sobre os documentos analisados.

Tabela 2

Detalhamento dos documentos analisados

IES – Curso	Quantidade de Projetos Pedagógicos (Ano em que foi formulado)
UEL	4 (2002, 2004, 2009, 2017)
UEM – Maringá e Cianorte	3 (1992, 2006, 2015)
UTFPR	3 (1995, 2005, 2007)
UNIOESTE – Cascavel	5 (2003, 2006, 2007, 2009, 2016)
UNIOESTE – Marechal Cândido Rondon	3 (2003, 2006, 2015)
UNICENTRO - Irati e Prudentópolis	4 (2001, 2005, 2008, 2018)
TOTAL	22

Fonte: Elaborada pelas autoras (2019) com base nos dados da pesquisa

Foram selecionados documentos com data anterior a 2002, em razão de estarem em vigência dentro do período pré-determinado. Diante dos materiais qualitativos coletados foi utilizada a análise de conteúdo por se tratar de um conjunto de técnicas de análise das comunicações, cujo objeto é a linguística e documentações (Bardin, 2016). A Tabela 3 apresenta mais detalhamento sobre as etapas da análise de conteúdo.

Tabela 3

Etapas da análise de conteúdo

i) Pré-análise
<p>1. Escolha do conteúdo: A escolha do material se deu por conta de seu conteúdo contemplar informações além do teor disciplinar. Tal análise foi realizada diante dos Projetos Pedagógicos vigentes entre 2002 a 2018, em razão das diretrizes do curso de Ciências Contábeis serem regulamentadas desde 2002 (MEC, 2002).</p> <p>2. Preparação do material: Se refere ao acesso aos Projetos Pedagógicos por meio de contato realizado com a secretária ou coordenação dos cursos.</p>
ii) Categorização
CATEGORIA: Incorporação da sustentabilidade pelo curso (ISPC)
<p><u>Justificativa da escolha:</u> Há diversos conteúdos relacionados com a temática sustentabilidade no mundo dos negócios. Há uma variedade de estruturas de programas de ensino, visto que não existe um consenso sobre qual forma de inserção da sustentabilidade é mais eficaz para sua promoção (Bennemann & Grzebieluckas, 2016; Benn & Dunphy, 2009; Brasil, 1999; Demajorovic & Silva, 2012; Fisher & McAdams, 2015; Gomes <i>et al.</i>, 2012; Lambrechts <i>et al.</i>, 2013; Leal Filho <i>et al.</i>, 2015; MEC, 2012).</p>
iii) Codificação
UNIDADES DE ANÁLISE (UA) DA CATEGORIA ISPC*
<p><u>Conteúdos:</u> 1 - Estratégia empresarial a longo prazo (Slomski <i>et al.</i>, 2012); 2 - Meio ambiente; 3 - Ecossistema; 4 - Biodiversidade; 5- Transformações climáticas; 6- Degradação ambiental; 7- Esgotamento de recursos naturais; 8 - Poluição (Brasil, 1999; Elkington, 1997; Hart & Milstein, 2004; MEC, 2012); 9 - Impactos socioambientais; 10 - Gestão ambiental; 11 - Gestão de custos (Slomski <i>et al.</i>, 2012); 12 – Social; 13 - Gestão social; 14 - Equidade; 15 - Desigualdade social; 16 - Identidade cultural; 17 - Cidadania; 18 – Solidariedade; 19 - Qualidade de vida; 20- Bem-estar humano; 21- Pobreza (Brasil, 1999; Deegan, 2017; Elkington, 1997; Hart & Milstein, 2004; MEC, 2004b; 2012); 22 - Responsabilidade socioambiental corporativa; 23 - Modelos de negócio sustentáveis; 24 - Geração de resíduos (Hart & Milstein, 2004; Natume & Sant'Anna, 2011); 25 - Modos de produção sustentáveis; 26 - Soluções sustentáveis (Hart & Milstein, 2004; MEC, 2012); 27 - Produto sustentável; 28 - Ciclo de vida dos produtos (Slomski <i>et al.</i>, 2012); 29 - Logística reversa (Natume & Sant' Anna, 2011); 30 - Tecnologias e soluções alternativas (Hart & Milstein, 2004); 31 – Ética; 32 - Abuso de poder (Brasil, 1999; MEC, 2012); 33 - Consumo (MEC, 2012); 34 - Políticas voltadas para a sustentabilidade, PNRS, LDNSB (Britto <i>et al.</i>, 2012; Natume & Sant'Anna, 2011); 35 - Problemas locais e globais (Brasil, 1999); 36 - Reportes socioambientais, GRI, Relato Integrado (Gray, 2010; Gray & Collison, 2002).</p> <p><u>Formas de inserção:</u> 37 – Monodisciplinar; 38 – Crossdisciplinar; 39 – Interdisciplinar; 40 – Multidisciplinar; 41 – Não há (Araújo <i>et al.</i>, 2008; Brasil, 1999; Figueiró & Raufflet, 2015; Kuzma <i>et al.</i>, 2016; MEC, 2012).</p>
iv) Inferência
<p>- Se refere à interpretação dos dados advindos das etapas anteriores.</p> <p>* Para unidades de análise similares suas referências são apresentadas ao fim do grupo. Fonte: Elaborada pelas autoras (2018) com base nos autores citados na Tabela</p>

Ressalta-se que foram analisados dois pontos: i) os conteúdos relacionados com o tema sustentabilidade; e ii) sua forma de inserção. Quanto aos conteúdos relacionados com o tema sustentabilidade (i), foram identificados por meio dos critérios descritos pelas diretrizes do MEC (2002; 2003; 2004a; 2004b), ou seja, conforme conteúdos curriculares (ementa das disciplinas), perfil do contador e competências, e habilidades do profissional. Na forma de inserção (ii) utilizou-se do arcabouço de Figueiró e Raufflet (2015) (Tabela 1). Todos esses dados estão presentes nos Projetos Pedagógicos dos cursos analisados (desde 2002).

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Diante dos conteúdos relacionados à temática sustentabilidade, foi possível identificar determinadas semelhanças entre os cursos abrangidos por esta pesquisa. Tendo em vista as 36 unidades de análises (UA) sobre os conteúdos curriculares (Tabela 3) e ao considerar todos os Projetos Pedagógicos analisados, obteve-se maior abrangência do aspecto social (60 frequências – UA nº 12, 17 e 20) do que do aspecto ambiental (19 frequências – UA nº 2, 4 e 10). Conteúdos acerca do socioambiental totalizaram 8 frequências (UA nº 9 e 22).

Tais achados são congruentes com a visão de Benn e Dunphy (2009); Fisher e McAdams (2015); Bennemann e Grzebieluckas (2016) de que a inserção da temática sustentabilidade ocorre de forma fragmentada. Inclusive, contraria a ideia de que problemas ambientais são intimamente relacionados a problemas sociais. Assim, a abordagem da temática sustentabilidade de forma conjunta - TBL (Boyce *et al.*, 2012; Elkington, 1997; Sisaye, 2013) ainda é deficiente entre os cursos analisados. Entretanto, como sua adoção ocorre de forma gradual (Gonçalves-Dias *et al.*, 2009), indica-se aos cursos incluírem o aspecto ambiental em conteúdos curriculares, a partir disso, o próximo passo seria incluir o aspecto socioambiental de forma conjunta, ou seja, a abordagem do TBL em disciplinas contábeis.

Constatou-se 28 frequências que indicam a abordagem de conteúdos estritamente contábeis, que não versam diretamente sobre a temática sustentabilidade (UA nº 1 e UA nº 11). Conhecimentos sobre Estratégia empresarial a longo prazo (UA nº 1) contribuem com o direcionamento da lógica do pensamento econômico ao considerar impactos a longo prazo, o que torna-se relevante tendo em vista a necessidade de conscientização dos indivíduos. Da mesma forma, conhecimentos acerca de Gestão de custos (UA nº 11) são relevantes em razão da necessidade do pensamento socioambiental ser incluído nas atividades operacionais das organizações, levando em conta a vida útil dos produtos (Slomski *et al.*, 2012).

Como disciplinas da área de custos tradicionalmente integram a matriz curricular de Ciências Contábeis, mesmo assim há Projetos Pedagógicos, dentre os cursos analisados, que não trataram da Gestão de custos (UA nº 11). Por um lado, o tradicionalismo contábil (Boyce *et al.*, 2012; Demajorovic & Silva, 2012; Laffin, 2012) foi evidenciado pelos resultados, devido à ausência de conteúdos específicos a respeito da temática sustentabilidade (UA nº 3, 5, 6, 7, 8, 13, 14, 15, 18, 19, 21, 24 e 27). Por outro lado, houve ausência de conteúdos (UA nº 23 e 29) que se encaixam em discussões no âmbito de disciplinas contábeis, no sentido de envolverem a gestão do negócio e de produção (Hart & Milstein, 2004; Natume & Sant'Anna, 2011).

Como a temática sustentabilidade se caracteriza como interdisciplinar (Brasil, 1999; Demajorovic & Silva, 2012; Lambrechts *et al.*, 2013; Leal Filho *et al.*, 2015), devido aos diversos conteúdos que demanda (Hasselinck *et al.*, 2000), sua definição de forma direta e indireta, no âmbito do curso de Ciências Contábeis, deve ocorrer com cautela. Quanto a isso, os cursos podem se embasar nas unidades de análise da categoria ISPC do presente estudo, pois, se caracteriza como uma contribuição prática.

Disciplinas voltadas para a Ética (UA nº 31) estão presentes em todos os cursos analisados, seu intuito busca promover a conscientização dos discentes mesmo que não sejam diretamente relacionadas à temática sustentabilidade. Todavia, as diretrizes curriculares do MEC (2002; 2003; 2004a; 2004b) não determinam este tipo de conteúdo (UA nº 31 - Ética), tampouco sobre a Cidadania (UA nº 17), que por sua vez, esteve presente nos cursos (exceto no caso UTFPR). Todavia, o campo competências e habilidades do contador, descrito pelas diretrizes curriculares (MEC, 2002; 2003; 2004a; 2004b), requer a necessidade da ética e da cidadania na formação deste profissional. Além disso, o MEC (2002; 2003; 2004a; 2004b) remete à responsabilidade social no perfil dos contadores, tal fato foi acatado pelos cursos analisados, pois, o Social (UA nº 12) foi destacado em 24 conteúdos curriculares.

Desse modo, a presença dessas três unidades de análise (UA nº 12, 17 e 31) indica a existência da coerção advinda de pressões formais por parte do MEC. Inclusive, as UA nº 2, 4, 9, 10, 16, 22, 25, 26 e 36 começaram a integrar os conteúdos curriculares dos Projetos Pedagógicos a partir de 2012, ao considerar que houve pressões por parte das DCNEA (MEC, 2012) e do INEP (2012, p. 26) que requerem o que já tinha sido estabelecido pela PNEA (Brasil, 1999). Tal constatação demonstra que legislações específicas da área educacional são mais eficazes para o cumprimento de diretrizes deste cunho.

O TBL de forma holística (Boyce, *et al.*, 2012; Elkington, 1997; Sisaye, 2013) não esteve presente em disciplinas contábeis (aspecto econômico juntamente com o socioambiental), exceto no caso UNICENTRO a partir do ano de 2018. Isso sinaliza a deficiência em retratar conteúdos distintos de forma conjunta. Além disso, mesmo que o objetivo aqui não seja estabelecer qual curso, dentre os analisados, melhor retrata a temática sustentabilidade, os cursos da UNICENTRO se destacaram devido à quantidade de unidades de análise identificadas no Projeto Pedagógico de 2018. Inclusive, desde 2005 já buscaram cumprir a PNEA, ao incorporar disciplinas ambientais, mesmo na ausência de diretrizes do MEC.

Outro ponto evidenciado pelos conteúdos curriculares foi a carência da abordagem do conteúdo Reportes socioambientais (UA nº 36). Tendo em vista que as organizações divulgam informações por meio de reportes de caráter socioambiental, há necessidade de estudar este conteúdo assim como reportes financeiros. No caso de reportes não financeiros (como aqueles embasados nas diretrizes do Global Reporting Initiative - GRI e do Relato Integrado - RI) a decisão sobre o que será divulgado está nas mãos dos gestores, envolvendo ponderações que dependem das características de cada negócio.

Como forma de sintetizar os resultados discutidos, a Tabela 4 apresenta o conjunto de conteúdos relacionados à temática sustentabilidade identificados nos cursos investigados.

Tabela 4

Quantidade de conteúdos acerca da temática sustentabilidade (por curso e por projeto)

Curso Conteúdo*	UEL		UNIOESTE (Cascavel)		UNIOESTE (Marechal Cândido R.)		UTFPR		UNICENTRO (Irati e Prudentópolis)		UEM (Maringá e Cianorte)		To- tal
	Ano	Qtd	Ano	Qtd	Ano	Qtd.	Ano	Qtd.	Ano	Qtd.	Ano	Qtd	
1 - Estratégia empresarial a longo prazo			2003	-			1995	-	2001	1			7
			2006	-			2005	1	2005	1			
			2007	-			2007	1	2008	1			
			2009	-			-	-	2018	1			
			2016	1			-	-	-	-			
2 - Meio ambiente	2002	-	2003	-	2003	-	1995	-	2001	-	1992	-	14
	2004	-	2006	-	2006	-	2005	-	2005	1	2006	-	
	2009	-	2007	-	2016	1	2007	1	2008	1	2015	1	
	2017	1	2009	-	-	-	-	-	2018	4	-	-	
	-	-	2016	4	-	-	-	-	-	-	-	-	
4 – Biodiversidade									2001	-			1
									2005	-			
									2008	-			
									2018	1			
9 - Impactos socioambientais									2001	-			1
									2005	-			
									2008	-			
									2018	1			
10 - Gestão ambiental			2003	-	2003	-			2001	-			4
			2006	-	2006	-			2005	-			
			2007	-	2016	1			2008	1			
			2009	-	-	-			2018	1			
			2016	1	-	-			-	-			
11 - Gestão de custos	2002	1	2003	1	2003	1	1995	1	2001	1	1992	1	21
	2004	1	2006	1	2006	1	2005	1	2005	1	2006	1	
	2009	1	2007	1	2016	1	2007	1	2008	1	2015	1	
	2017	1	2009	-	-	-	-	-	2018	1	-	-	
	-	-	2016	1	-	-	-	-	-	-	-	-	
12 – Social	2002	1	2003	1	2003	1	1995	1	2001	2	1992	2	24
	2004	1	2006	1	2006	1	2005	-	2005	-	2006	1	
	2009	-	2007	1	2016	1	2007	1	2008	1	2015	2	
	2017	-	2009	1	-	-	-	-	2018	3	-	-	
	-	-	2016	2	-	-	-	-	-	-	-	-	
16 - Identidade cultural	2002	-	2003	-	2003	-	1995	-	2001	-			13
	2004	-	2006	-	2006	-	2005	1	2005	-			
	2009	-	2007	-	2016	2	2007	1	2008	1			
	2017	1	2009	-	-	-	-	-	2018	5			
	-	-	2016	2	-	-	-	-	-	-			
17 – Cidadania	2002	-	2003	2	2003	2			2001	-	1992	-	16
	2004	-	2006	2	2006	2			2005	-	2006	-	
	2009	-	2007	2	2016	2			2008	-	2015	1	

Curso Conteúdo*	UEL		UNIOESTE (Cascavel)		UNIOESTE (Marechal Cândido R.)		UTFPR		UNICENTRO (Irati e Prudentópolis)		UEM (Maringá e Cianorte)		To- tal
	Ano	Qtd	Ano	Qtd	Ano	Qtd.	Ano	Qtd.	Ano	Qtd.	Ano	Qtd	
	2017	1	2009	1	-	-			2018	1	-	-	
	-	-	2016	-	-	-			-	-	-	-	
20 - Bem-estar humano	2002	1	2003	-	2003	1	1995	1	2001	1	1992	1	20
	2004	1	2006	-	2006	1	2005	2	2005	1	2006	1	
	2009	1	2007	-	2016	1	2007	1	2008	1	2015	1	
	2017	1	2009	1	-	-	-	-	2018	1	-	-	
	-	-	2016	1	-	-	-	-	-	-	-	-	
22 – Responsabilidade socioambiental corporativa	2002	-	2003	-	2003	-			2001	-			7
	2004	-	2006	-	2006	-			2005	1			
	2009	-	2007	-	2016	1			2008	1			
	2017	1	2009	-	-	-			2018	2			
	-	-	2016	1	-	-			-	-			
25 - Modos de produção sustentáveis									2001	-			1
									2005	-			
									2008	-			
									2018	1			
26 - Soluções sustentáveis									2001	-			1
									2005	-			
									2008	-			
									2018	1			
28 - Ciclo de vida dos produtos	2002	-											1
	2004	-											
	2009	1											
	2017	-											
30 - Tecnologias e soluções alternativas	2002	-					1995	-	2001	1	1992	-	5
	2004	-					2005	-	2005	-	2006	1	
	2009	1					2007	1	2008	-	2015	1	
	2017	-					-	-	2018	-	-	-	
31 – Ética	2002	2	2003	1	2003	1	1995	1	2001	2	1992	1	25
	2004	1	2006	1	2006	1	2005	1	2005	1	2006	1	
	2009	1	2007	1	2016	1	2007	1	2008	1	2015	1	
	2017	1	2009	1	-	-	-	-	2018	1	-	-	
	-	-	2016	1	-	-	-	-	-	-	-	-	
32 - Abuso de poder			2003	-			1995	1	2001	1			6
			2006	-			2005	-	2005	1			
			2007	-			2007	-	2008	1			
			2009	-			-	-	2018	-			
			2016	2			-	-	-	-			
33 – Consumo	2002	1							2001	-			4
	2004	-							2005	1			
	2009	-							2008	1			
	2017	-							2018	1			
								2001	-			4	

Curso	UEL		UNIOESTE (Cascavel)		UNIOESTE (Marechal Cândido R.)		UTFPR		UNICENTRO (Irati e Prudentópolis)		UEM (Maringá e Cianorte)		Total
	Ano	Qtd	Ano	Qtd	Ano	Qtd.	Ano	Qtd.	Ano	Qtd.	Ano	Qtd	
34 - Políticas voltadas para a sustentabilidade, PNRS, LDNSB									2005	1			
									2008	1			
									2018	2			
35 - Problemas locais e globais	2002	1	2003	-									4
	2004	1	2006	-									
	2009	-	2007	-									
	2017	-	2009	-									
	-	-	2016	2									
36 - Reportes socioambientais, GRI, Relato Integrado			2003	-	2003	-			2001	-			3
			2006	-	2006	-			2005	-			
			2007	-	2016	1			2008	-			
			2009	-	-	-			2018	1			
			2016	1	-	-			-	-			

*Unidades de análises (conteúdo) não identificadas foram ocultadas da Tabela.

Fonte: Elaborada pelas autoras (2019) com base nos dados da pesquisa

Todos os cursos (exceto o caso UTFPR) cumprem com a exigência do perfil do profissional contábil voltar-se para o Social (UA nº 12). Ademais, somente os cursos da UNIOESTE não se atentaram para a Ética (UA nº 31) nas competências e habilidades. Neste mesmo campo, os cursos da UNIOESTE não cumpriram com a Cidadania (UA nº 17), da mesma forma que os cursos da UEM (MEC, 2002; 2003; 2004a; 2004b).

Inclusive, os campos perfil, competências e habilidades do contador, presentes nos Projetos Pedagógicos dos cursos de Ciências Contábeis analisados, não evidenciam sua real pretensão diante dos conteúdos curriculares das ementas (Tabela 4). Em outras palavras, a apresentação do curso (perfil, competências e habilidades) para futuros discentes/comunidade e para os próprios atores da área acadêmica é falha. Isso ocorreu devido à ausência de explicações presentes nos campos: perfil, competências e habilidades, acerca de conteúdos que estão presentes nas ementas curriculares e vice-versa.

A Tabela 5 apresenta a quantidade de UA relacionadas à temática sustentabilidade citadas nos campos perfil, competências e habilidades do contador.

Tabela 5

Quantidade de UA relacionadas a temática, presentes no: perfil, competências e habilidades

	UEL				UNIOESTE (Cascavel)					UNIOESTE (Marechal Cândido Rondon)		
	2002	2004	2009	2017	2003	2006	2007	2009	2016	2003	2006	2015
Perfil do contador												
UA*	2002	2004	2009	2017	2003	2006	2007	2009	2016	2003	2006	2015
12	3	3	2	2	2	2	2	3	3	2	2	3
16					1	1	1	1	1	1	1	1
31	-	-	1	1	-	-	-	-	1			
35	-	-	1	1								
Competências e habilidades do contador												
UA*	2002	2004	2009	2017	2003	2006	2007	2009	2016	2003	2006	2015
12	1	1	3	1	4	7	7	7	6	4	7	7
16					2	2	2	2	1	2	2	2
17	-	-	1	1								
20												
31	1	2	2	1								
	UTFPR				UNICENTRO (Irati e Prudentópolis)					UEM (Maringá e Cianorte)		
Perfil do contador												
UA*	1995	2005	2007	2001	2005	2008	2018	1992	2006	2015		
12				1	-	-	1	-	1	1		
16												
31	2	1	1	1	1	1	-	-	1	1		
Competências e habilidades do contador												
UA*	1995	2005	2007	2001	2005	2008	2018	1992	2006	2015		
12				-	-	-	1	-	1	1		
16				-	-	-	1	-	1	1		
17	-	1	1	-	1	1	-					
20	-	-	1									
31	-	1	2	-	1	1	-	-	1	1		
36				-	-	-	1					

*Unidades de análises (conteúdo) não identificadas foram ocultadas da Tabela.

Fonte: Elaborada pelas autoras (2019) com base nos dados da pesquisa

Em todos os cursos (todos os Projetos Pedagógicos) sobressaiu a forma de inserção Crossdisciplinar, congruente com os achados desta pesquisa de que a abordagem dos conteúdos ocorre de forma fragmentada. Tal forma de inserção é rebatida pela literatura consultada, diante da superficialidade que proporciona, ou seja, não há integração entre conteúdos disciplinares (Araújo *et al.*, 2008; Gomes *et al.*, 2012). Nesse sentido, obteve-se que a temática sustentabilidade tem sido inserida nos cursos investigados em caráter secundário, sem a devida importância que foi dada pelo arcabouço legal, que por sua vez, incentiva a inserção de forma Interdisciplinar e Transversal (Brasil, 1999; MEC, 2012).

A forma Interdisciplinar e a forma Multidisciplinar foram mais frequentes nos Projetos Pedagógicos vigentes em comparação com os documentos de anos anteriores. Este fato indica que houve avanço na forma de inserção da temática sustentabilidade (ao abordar outras). Esse avanço ocorreu concomitantemente ao fato de que os instrumentos de autorização e reconhecimento de cursos de graduação no país (INEP, 2012; 2015; 2017a; 2017b) atribuíram maior peso a sustentabilidade, diante da PNEA (Brasil, 1999) e nas DCNEA (MEC, 2012).

A ocorrência da forma Monodisciplinar destacou a UA 31 - Ética e a UA 20 - Bem-estar humano, o que significa que são conteúdos retratados de forma isolada sem qualquer vínculo com outros tipos. Portanto, isso é prejudicial para o ensino da temática sustentabilidade, sendo que a forma Monodisciplinar continua vigente no caso UTFPR (Projeto Pedagógico de 2007) e nos casos da UEM (Projeto Pedagógico de 2015). Diante disso, indica-se que deve haver a eliminação da forma Monodisciplinar, pois, se trata de uma forma de inserção que isola a temática não criando vínculos com outros conteúdos.

Somente os casos UTFPR e UEL cumprem a PNEA (Brasil, 1999), no sentido de não incluírem disciplinas específicas sobre a temática sustentabilidade em seus Projetos Pedagógicos vigentes (2017 e 2007, respectivamente). Mesmo que o cumprimento da PNEA seja um paradigma de caráter normativo, cabe ressaltar que não cumprir o que foi estabelecido por essa legislação acarreta em conhecimentos fragmentados a respeito da temática (Araújo *et al.*, 2008; Gomes *et al.*, 2012), ao concentrar determinados conteúdos em disciplinas específicas.

Para sintetizar os resultados discutidos, a Tabela 6 apresenta a quantidade de conteúdos curriculares conforme sua forma de inserção.

Tabela 6

Quantidade de conteúdos curriculares acerca da temática: conforme sua forma de inserção

UA*	UEL				UNIOESTE (Cascavel)					UNIOESTE (Marechal Cândido R.)		
	2002	2004	2009	2017	2003	2006	2007	2009	2016	2003	2006	2015
37		1	1		1	1	1	1		1	1	
38	5	4	3	8	2	2	2	3	7	3	3	8
39	1								4			2
40					1	1	1		1	1	1	
UA*	UTFPR			UNICENTRO (Irati e Prudentópolis)				UEM (Maringá e Cianorte)				
	1995	2005	2007	2001	2005	2008	2018	1992	2006	2015		
37	2	1	1		1			1	1	1		
38	3	3	6	5	8	12	12	2	4	5		
39				1			5	1		1		
40			1	1	1							

*Unidades de análises (conteúdo) não identificadas foram ocultadas da Tabela.

Fonte: Elaborada pelas autoras (2019) com base nos dados da pesquisa

Este estudo avança com as discussões acerca dos conteúdos e sobre a forma de inserção da temática sustentabilidade em cursos de Ciências Contábeis, em razão de não focar somente na detecção de disciplinas específicas, tendo em vista que a abordagem da temática sustentabilidade deve ser interdisciplinar. No entanto, os resultados obtidos demonstraram ser contrários a pesquisas internacionais (Doh & Tashman, 2014; Fisher & Bonn, 2011; Larrán & Andrades, 2015) e nacionais (Dallabona *et al.*, 2012; Starosky Filho & Rausch, 2012). Tal assertiva é justificada devido ao fato de que todos os cursos investigados abordaram de alguma forma conteúdos sobre a temática em estudo (ausência da UA nº 41), da mesma forma que ao longo do tempo (desde 2002), os cursos avançaram com a inserção de forma gradual.

Mesmo que os cursos avançaram ao considerar conteúdos a respeito da temática sustentabilidade, ainda há necessidade de evolução, pois as versões atuais dos Projetos Pedagógicos vigentes possuem conteúdos insuficientes. Tal *insight* tem como base o arcabouço teórico e legal a respeito da sustentabilidade no ensino superior. Assim, espera-se que os resultados desta pesquisa fomentem discussões no âmbito dos cursos de graduação em Ciências Contábeis, na tentativa de auxiliar na definição dos conteúdos das disciplinas. As unidades de análise presentes na Tabela 3, demonstram como a temática em estudo é diversa e permeia discussões que vão além do tecnicismo, da mesma forma, os resultados da pesquisa indicam que há dificuldades em colocar em prática o que foi determinado pelo arcabouço legal. Ou seja, a consideração da sustentabilidade no ensino superior continua sendo um desafio, mesmo depois de mais de 20 anos da promulgação da PNEA.

5 CONCLUSÕES

Esta pesquisa teve como objetivo analisar de quais formas os cursos de graduação em Ciências Contábeis de universidades públicas do Estado do Paraná inserem a temática sustentabilidade nos Projetos Pedagógicos, desde o ano de 2002. Tal objetivo foi alcançado por meio de pesquisa documental, tendo como base Projetos Pedagógicos vigentes neste período, utilizando-se da análise de conteúdo de Bardin (2016).

Conclui-se que houve aumento da consideração de conteúdos relacionados a temática sustentabilidade, logo, os cursos investigados evoluíram. Ainda, a forma de inserção Crossdisciplinar foi predominante com maior abrangência do aspecto social, indicando que a temática sustentabilidade é inserida em caráter secundário (desconexão entre o socioambiental e o econômico), sem a devida importância que foi dada pelo arcabouço legal. Porém, a evolução foi detectada a partir do ano de 2012 (influenciados pelo INEP, 2012) e pelas diretrizes curriculares do MEC (2002; 2003; 2004a; 2004b), que não determinam conteúdos sobre a temática, mas evidenciam sua relevância por meio do campo perfil, competências e habilidades do contador.

Com base nesta pesquisa, depreende-se que a adoção da temática sustentabilidade nos cursos investigados ainda está em fase de amadurecimento, justifica-se isso diante da complexidade que a temática demanda. Ao considerar que a adoção da temática não envolve simplesmente o socioambiental, mas sim sua conexão com o aspecto econômico. Neste caso, ficou evidente que mesmo que a temática sustentabilidade seja estabelecida por força de Lei, sua consideração depende dos atores. Assim, a concepção de que o curso de Ciências Contábeis é voltado para o tecnicismo irá se perpetuar no futuro, no sentido de que os discentes de hoje serão profissionais integrando organizações, que objetivam o lucro. Quebrar este paradigma é uma preocupação que engloba uma rede de atores (docentes, repartições administrativas, o MEC, entre outros).

Quanto à possibilidade futura de que a temática sustentabilidade torne-se obrigatória no âmbito específico de cursos de graduação em Ciências Contábeis, depreende-se que este fato possui um caráter normativo e regulatório. Entretanto, questiona-se a possibilidade do caráter coercitivo

realmente conduzir a uma mudança nos cursos, pois, isto pode representar uma adoção de forma cerimonial do que propriamente uma mudança efetiva. Tais concepções foram confirmadas, em razão da PNEA estar em vigência desde 1999, ou seja, foi estabelecida há mais de 20 anos, mesmo assim os cursos investigados não se atentaram em cumpri-la. Neste caso, legislações específicas demonstraram ser mais eficazes, indicando a necessidade de colocarem maior peso na questão da temática sustentabilidade no âmbito do ensino superior.

Por fim, questiona-se realmente se o 'mundo perfeito' do TBL holístico na formação do contador irá se tornar realidade. Os cursos devem se responsabilizar por deprender profissionais com maior capacidade de tomar decisões conscientes no que se refere a sustentabilidade no âmbito empresarial. Apesar disso, os esforços realizados para a elaboração da presente pesquisa têm por intuito avançar as discussões a respeito do tema em estudo. Portanto, futuramente, pesquisadores poderão responder tal questionamento realizado, tendo como base pesquisas científicas que busquem o alcance do aspecto crítico, desviando-se de discursos teóricos e da ideia de que a adoção de disciplinas específicas e isoladas resolvem a problemática.

Diante disso, a presente pesquisa defende que a busca pela inserção da temática sustentabilidade nos cursos de Ciências Contábeis deve ocorrer tendo como base a transdisciplinaridade e a interdisciplinaridade, haja vista que isso não significa a eliminação de disciplinas, ao invés disso se refere à articulação entre elas e possíveis conexões com a sociedade. Pesquisas futuras devem partir desta concepção, ao realizar estudos mais aprofundados ao envolver entrevistas, questionários, pesquisa-ação, pesquisa participante, entre outros.

Este estudo contribui com a literatura, ao supri-la, diante da carência de pesquisas sobre o tema e ao oferecer *insights* para futuros estudos. As contribuições práticas desta investigação advêm do: i) pioneirismo, ao discutir a inserção da temática em cursos de Ciências Contábeis, haja vista que é um desafio, pois esta pesquisa indicou que sua adoção é gradual e ocorre de forma secundária; ii) recomendações, presentes na seção de resultados e na conclusão, ao MEC, IES e aos docentes, com intuito de cumprir a PNEA e as DCNEA, que foram embasamento desta pesquisa; e iii) discutir um tema que é de interesse dos acadêmicos, contribuindo para eliminar privações de liberdade no que se refere a ausência da temática sustentabilidade na educação do contador. Contribuições sociais do estudo, mesmo que indiretamente, podem ser observadas diante da discussão da busca do bem-estar da sociedade, pois, organizações geram externalidades negativas.

Indica-se algumas sugestões para estudos futuros: i) a presença da temática em cursos de pós-graduação em Ciências Contábeis (*Stricto sensu*), devido à falta de entendimento sobre o TBL ao compor os conteúdos curriculares; ii) investigar detalhes sobre projetos de extensão voltados para a temática, dessa forma, o foco seria em fornecer contribuições para incentivar a transdisciplinaridade; e iii) se o mercado considera relevante a temática sustentabilidade, neste caso, investigações devem ser voltadas para organizações e para o mercado de trabalho, com intuito de indicar ao MEC e aos docentes de IES: qual o papel do contador diante desta temática; iv) fatores que influenciam na adoção da temática nos cursos, além do fator coercitivo detectado. Ademais, determinados Projetos Pedagógicos são falhos ao não

elucidar o nome de disciplinas optativas existentes. Portanto, estudos futuros devem coletar dados de diferentes fontes (triangulação de dados).

A escolha pela pesquisa qualitativa pressupõe limitações, diante do fator subjetividade. Embora seja usual para esse tipo de pesquisa, uma limitação é não conseguir generalizar os resultados. Outra limitação se refere a escolha dos documentos analisados, considerando o período entre 2002 a 2018; bem como devido ao tema investigado ser pouco explorado e carecer de estudos anteriores.

REFERÊNCIAS

- Akrivou, K., & Bradbury-Huang, H. (2015). Educating integrated catalysts: Transforming business schools toward ethics and sustainability. *Academy of Management Learning & Education*, 14(2), 222-240. <https://doi.org/10.5465/amle.2012.0343>
- Araújo, M. P., Castro, P. E., Amaro, R. G., Ribeiro Filho, J. F., & Lagioia, U. C. T. (2008). Uma contribuição avaliação do ativo intangível 36 anos depois: uma reflexão em torno do pensamento do professor Eliseu Martins. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 2(2), 95-100. <https://doi.org/10.17524/repec.v2i2.30>
- Barbieri, J. C., & Silva, D. (2011). Desenvolvimento sustentável e Educação Ambiental: uma trajetória comum com muitos desafios. *Revista de Administração Mackenzie*, 12(3), 51-82. <http://dx.doi.org/10.1590/S1678-69712011000300004>.
- Barbieri, J. C., Vasconcelos, I. F. G. D., Andreassi, T., & Vasconcelos, F. C. D. (2010). Inovação e Sustentabilidade: Novos Modelos e Proposições. *Revista de Administração de Empresas*, 50(2), 146-154. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75902010000200002>
- Bardin, L. (2016). *Análise de Conteúdo*. Tradução Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70.
- Benn, S., & Dunphy, D. (2009). Action research as an approach to integrating sustainability into MBA programs: An exploratory study. *Journal of Management Education*, 33(3), 276-295. <https://doi.org/10.1177/1052562908323189>
- Bennemann, G., & Grzebieluckas, C. (2016). Consciência ecológica dos discentes do Curso de Ciências Contábeis da UNEMAT: uma análise dos hábitos e práticas ambientais. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, 33(2), 4-19. <https://doi.org/10.14295/remea.v33i2.5199>
- Boyce, G., Greer, S., Blair, B., & Davids, C. (2012). Expanding the horizons of accounting education: Incorporating social and critical perspectives. *Accounting Education*, 21(1), 47-74. <https://doi.org/10.1080/09639284.2011.586771>

- Brasil (1999). *Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999*. Recuperado de <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=321>> em 09 maio de 2018.
- Britto, A. L. N. P., Lima, S. C. R. B., Heller, L., & Cordeiro, B. S. (2012). Da fragmentação à articulação: a política nacional de saneamento e seu legado histórico. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 14(1), 65-84. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2012v14n1p65>
- Dallabona, L. F., Cunha, P. R., & Rausch, R. B. (2012). Inserção da área ambiental na matriz curricular do curso de Ciências Contábeis: um estudo das IES da região Sul do Brasil. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 31(3), 7-22. <https://doi.org/10.4025/enfoque.v31i3.15302>
- Deegan, C. (2017). Twenty five years of social and environmental accounting research within critical perspectives of Accounting: hits, misses and ways forward. *Critical Perspectives on Accounting*, 43(1), 65-87. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2016.06.005>
- Demajorovic, J., & Silva, H. C. O. (2012). Formação interdisciplinar e sustentabilidade em cursos de Administração: desafios e perspectivas. *Revista de Administração Mackenzie*, 13(5), 39-64. <https://doi.org/10.1590/S1678-69712012000500003>.
- Doh, J. P., & Tashman, P. (2014). Half a world away: The integration and assimilation of corporate social responsibility, sustainability, and sustainable development in business school curricula. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 21(3), 131-142. <https://doi.org/10.1002/csr.1315>
- Elkington, J. (1997). *Cannibals with forks: the Triple Bottom Line of 21st Century Business*. Capstone: Oxford.
- EUROSTAT/UNESCO/OCDE (2009). *Classificação Internacional EUROSTAT/UNESCO/OCDE: Áreas de Formação e Treinamento*. Recuperado de <http://download.inep.gov.br/download/superior/2009/Tabela_OCDE_2009.pdf> em 30 de maio de 2018.
- Figueiró, P. S., & Raufflet, E. (2015). Sustainability in higher education: a systematic review with focus on management education. *Journal of Cleaner Production*, 106, 22-33. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2015.04.118>
- Fisher, J., & Bonn, I. (2011). Business sustainability and undergraduate management education: An Australian study. *Higher Education*, 62(5), 563-571. <https://doi.org/10.1007/s10734-010-9405-8>
- Fisher, P. B., & McAdams, E. (2015). Gaps in sustainability education: The impact of higher education coursework on perceptions of sustainability. *International Journal of Sustainability in Higher Education*, 16(4), 407-423. <https://doi.org/10.1108/IJSHE-08-2013-0106>

- Gehlen, K. R. H. (2017). *A Inserção do Tema Sustentabilidade no Curso de Ciências Contábeis da FEA/USP à Luz da Teoria Institucional*. 158 f. Mestrado em Administração - Universidade Estadual de Londrina. http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UEL_3ad19f79c9865897dd683a220a079d74
- Gomes, S. M. D. S., Sampaio, M. S., Azevedo, T. C., & Slomski, V. G. (2012). Proposta para o ensino da controladoria ambiental nos cursos de graduação de Ciências Contábeis nas IESs brasileiras. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 6(1), 177-189. <https://doi.org/10.24857/rgsa.v6i1.403>
- Gonçalves-Dias, S. L. F., Teodósio, A. D. S., Carvalho, S., & Silva, H. M. R. (2009). Consciência ambiental: um estudo exploratório sobre suas implicações para o ensino de Administração. *RAE-eletrônica*, 8(1), art. 3. <https://doi.org/10.1590/S1676-56482009000100004>
- Gray, R. (2010). Is accounting for sustainability actually accounting for sustainability... and how would we know? An exploration of narratives of organisations and the planet. *Accounting, Organizations and Society*, 35(1), 47-62. <https://doi.org/10.1016/j.aos.2009.04.006>
- Gray, R., & Collison, D. (2002). Can't see the wood for the trees, can't see the trees for the numbers? Accounting education, sustainability and the public interest. *Critical Perspectives on Accounting*, 13(5-6), 797-836. <https://doi.org/10.1006/cpac.2002.0554>
- Hart, S. L., & Milstein, M. (2004). Criando Valor Sustentável. *Revista de Administração de Empresas*, 3(7), 65-79. <https://doi.org/10.12660/gvexec.v3n2.2004.34820>
- Hasselink, F.; Kempen, P., & Van; Wals, A. (2000). International debate on education for sustainable development (ESDebate). Gland: IUCN, CEC. Recuperado de: <https://portals.iucn.org/library/sites/library/files/documents/2000-034.pdf> em: 10 ago. 2019.
- Holm, T., Sammalisto, K., Grindsted, T. S., & Vuorisalo, T. (2015). Process framework for identifying sustainability aspects in university curricula and integrating education for sustainable development. *Journal of Cleaner Production*, 106, 164-174. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2015.04.059>
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP (2012). *Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância*. Recuperado de http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2012/instrumento_com_alteracoes_maio_12.pdf em 12 de nov de 2018.
- INEP (2015). *Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância*. Recuperado de http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2015/instrumento_com_alteracoes_mai_2015.pdf em 12 de nov de 2018.

[cao/instrumentos/2015/instrumento_cursos_graduacao_publicacao_agosto_2015.pdf](#)> em 12 de nov de 2018.

INEP (2017a). *Instrumento de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância: renovação de reconhecimento*. Recuperado de <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2017/curso_reconhecimento.pdf> em 12 de nov de 2018.

INEP (2017b). *Instrumento de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância: autorização*. Recuperado de <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2017/curso_autorizacao.pdf> em 12 de nov de 2018.

INEP (2018). *Censo da educação Superior 2017: Divulgação dos principais resultados*. Recuperado de <<http://portal.mec.gov.br/docman/setembro-2018-pdf/97041-apresentac-a-o-censo-superior-ultimo/file>> em 30 de janeiro de 2019.

Jacobi, P. R., Raufflet, E., & Arruda, M. P. (2011). Educação para a sustentabilidade nos cursos de Administração: reflexão sobre paradigmas e práticas. *Revista de Administração Mackenzie*, 12(3), 21-50. <https://doi.org/10.1590/S1678-69712011000300003>.

Kuzma, E. L., Doliveira, S. L. D., Gonzaga, C. A. M., & Novak, M. A. L. (2016). A Inserção da Sustentabilidade na Formação de Administradores. *Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade-GeAS*, 5(2), 146-165. <http://www.revistageas.org.br/ojs/index.php/geas/article/view/430>

Laffin, M. (2012). Currículo e trabalho docente no curso de Ciências Contábeis. *Revista de Contabilidade da UFBA*, 6(3), 66-77. <https://periodicos.ufba.br/index.php/rcontabilidade/article/view/6979/4835>

Lambrechts, W., Mulà, I., Ceulemans, K., Molderez, I., & Gaeremynck, V. (2013). The integration of competences for sustainable development in higher education: an analysis of bachelor programs in management. *Journal of Cleaner Production*, 48(1), 65-73. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2011.12.034>

Larrán, M., & Andrades, J. (2015). Determining factors of environmental education in Spanish universities. *International Journal of Sustainability in Higher Education*, 16(2), 251-271. <https://doi.org/10.1108/IJSHE-01-2013-0003>

Leal Filho, W. L., Shiel, C., & Paço, A. D. (2015). Integrative approaches to environmental sustainability at universities: an overview of challenges and priorities. *Journal of Integrative Environmental Sciences*, 12(1), 1-14. <https://doi.org/10.1080/1943815X.2014.988273>

Lizote, S. A., Verdinelli, M. A., Terres, J. C., Camozzato, E. S., & Seemann, J. (2018). Satisfação dos alunos com o curso de Ciências Contábeis: Uma análise em diferentes instituições de ensino superior. *Revista Ambiente Contábil*, 10(1), 293-307. <https://doi.org/10.21680/2176-9036.2018v10n1ID11663>

- Ministério da Educação – MEC (2002). *Parecer CNE/CES nº 146/2002*. Recuperado de http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2002/pces146_02.pdf<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao13.pdf> em 09 maio de 2018.
- MEC (2003). *Parecer CNE/CES nº 289/2003*. Recuperado de http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2003/pces289_03.pdf em 09 maio de 2018.
- MEC (2004a). *Resolução CNE/CES nº 6, de 10 de março de 2004*. Recuperado de http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces06_04.pdf em 09 maio de 2018.
- MEC (2004b). *Resolução CNE/CES 10, de 16 de dezembro de 2004*. Recuperado de http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10_04.pdf em 30 de junho de 2018.
- MEC (2012). *Resolução nº 2, de 15 de Junho de 2012: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental*. Recuperado de http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10988-rcp002-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192 em 12 de abril de 2018.
- MEC (2018). *Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados*. Recuperado de <http://emec.mec.gov.br/emec/nova> em 19 de Julho de 2018.
- Natume, R. Y., & Sant'Anna, F. S. P. (2011). Resíduos eletroeletrônicos: um desafio para o Desenvolvimento Sustentável e a nova lei da política nacional de resíduos sólidos. *3rd International Workshop on Advances in Cleaner Production*. Anais... São Paulo. http://www.advancesincleanerproduction.net/third/files/sessoes/5B/6/Natume_RY%20-%20Paper%20-%205B6.pdf
- Peterson, M., Minton, E. A., Liu, R. L., & Bartholomew, D. E. (2021). Sustainable Marketing and Consumer Support for Sustainable Businesses. *Sustainable Production and Consumption*, 27, 157-168. <https://doi.org/10.1016/j.spc.2020.10.018>
- Sen, A. (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. Companhia das Letras: São Paulo.
- Siqueira, M. M. (2005). O ensino superior e a universidade. *RAE-eletrônica*, 4(1), 1-11. <https://doi.org/10.1590/S1676-56482005000100015>
- Sisaye, S. (2013). The development of sustainable practices in complex organizations: Implications and potentials for integration into the accounting curriculum. *World Journal of Entrepreneurship, Management and Sustainable Development*, 9(4), 223-245. <https://doi.org/10.1108/WJEMSD-01-2013-0010>
- Slomski, V., Slomski, V. G., Kassai, J. R., & Megliorini, E. (2012). Sustentabilidade nas organizações: a internalização dos gastos com o descarte do produto e/ou

embalagem aos custos de produção. *Revista de Administração*, 47(2), 275-289. <https://doi.org/10.5700/rausp1039>

Starosky Filho, L., & Rausch, R. B. (2012). A presença do tema responsabilidade social no currículo de formação do contador de instituições do Vale do Itajaí-SC. *Revista de Estudos Contábeis*, 2(3), 34-52. <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/rec/article/view/12376>

CONTRIBUIÇÕES DOS AUTORES

Contribuição	Anne Carolina dos Santos	Marguit Neumann	Kerla Mattiello
1. Idealização e concepção do assunto e tema da pesquisa	✓	✓	
2. Definição do problema de pesquisa	✓	✓	✓
3. Desenvolvimento da Plataforma Teórica	✓	✓	
4. Delineamento da abordagem metodológica da pesquisa	✓	✓	
5. Coleta de dados	✓		✓
6. Análises e interpretações dos dados coletados	✓	✓	✓
7. Conclusões da pesquisa	✓		
8. Revisão crítica do manuscrito	✓	✓	✓
9. Redação final do manuscrito, conforme as normas estabelecidas pela Revista.	✓		
10. Orientação		✓	✓